

DO LAR AO LARGO
NOVAS RELAÇÕES DE PODER NO CENÁRIO CULTURAL E POLÍTICO DO
RECIFE PRÉ-GOLPE (1950 -1964)

Juliana Rodrigues de Lima Lucena¹

Na década de 50 e nos primeiros anos da década de 60 o Recife apresentava um cenário político e cultural singular em sua História, onde as discussões de projetos alternativos de sociedade e cidadania, faziam parte do ambiente público da cidade que despontava na vanguarda intelectual do país como um pólo cultural, em meio à afirmação e ratificação da modernidade enquanto conceito definidor e modelador, seja das formas artísticas e nos traços arquitetônicos, seja na constante busca pelo progresso e desenvolvimento, ou ainda pela renovação e modificação dos costumes e dos valores sociais.

A partir dessas discussões sobre novas idéias e da constante (re)construção de conceitos, torna-se possível analisar as novas relações de poder que se apresentam em meio a toda essa efervescência cultural e a uma consciência política que se estabelece, transformando o cotidiano da cidade, remodelando os valores e costumes, muitas vezes gerando rupturas do moderno com o tradicional e provocando questionamentos da ordem estabelecida.

“Os tempos modernos ampliaram a diversidade, os projetos de dominação da natureza, as sutilezas que envolvem as relações de poder, as tramas sociais e políticas. Instauram o culto, às vezes cego, ao progresso.”²

O cenário urbano sofreu uma remodelação e a cidade foi se expandindo, quebrando com o seu aspecto tentacular e de “menina mal criada”³ ansiando por uma “boa educação” importada e copiada aos moldes externos, criando novas formas de viver e de lazer.

O pioneirismo dos intelectuais do Recife inspirava movimentos políticos, culturais e sociais pelo Brasil e nomes como Paulo Freire, Hermilo Borba, Germano Coelho, Francisco Julião, entre outros tantos, se faziam ouvir envolvidos por uma atmosfera de

¹ Mestranda em História Social da Cultura Regional - UFRPE

² REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife. Histórias de uma cidade**. Recife: FCCR, 2002.

³ PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950**. Recife: Editora da UFPE, 2001.

pura ebulição de idéias, produzindo, criando e divulgando a força da cidade para os quatro cantos do país, como é o exemplo do Centro Popular de Cultura (CPC) organizado no Rio de Janeiro e que fora inspirado pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), o Teatro Oficina ou o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) a exemplo dos movimentos teatrais pernambucanos como o Teatro de Amadores de Pernambuco (TAP) e o Teatro de Estudantes de Pernambuco (TEP).

Essa criação de processos e movimentos artísticos e intelectuais visava atingir a uma parcela marginalizada da população desejando, de alguma forma, propiciar-lhe o direito a cidadania, o contato com a vida política e, acima de tudo, que adquirissem essa consciência de indivíduos sociais, com direitos e deveres. Pessoas críticas e capazes de agirem e tomarem decisões. Dessa maneira, o discurso da modernização precisava alcançar a dimensão da cidadania, buscando um papel de denunciador e reivindicador de uma sociedade mais justa.

Contudo, observa-se que muitos são os nomes masculinos e poucos são os femininos, ou pelo menos pouco se sabe de mulheres intelectuais, artistas e ativistas que tenham feito parte de momento tão rico da História da cidade do Recife e essa ausência está diretamente ligada a sociedade da época, que ainda enxergava a mulher como o sexo frágil, a dona do lar, cidadão de segunda classe⁴, e essa visão muitas vezes provinha das próprias mulheres que se sujeitavam a essa condição imposta pela sociedade e pouco agiam para mudar essa situação.

Porém, existiram algumas ousadas damas da sociedade do Recife que, cada uma a seu modo, procurou contribuir e atuar em suas próprias vidas e destinos, fugindo ao convencional, às tradições e lutaram por uma sociedade mais justa, onde a educação seria para o povo, pintando suas fantasias e amores, encenando ficção e realidade, provando que eram tão ou mais capazes que os homens e que também tinham o direito de lutar pelo que acreditavam, mesmo sabendo do preconceito, indo de encontro a costumes estabelecidos.

As escolhidas para tal análise são:

- a) Anita Paes Barreto e Silke Weber – Movimento de Cultura Popular – que através da educação, aliada a cultura, buscaram construir um projeto alternativo de cidadania;

⁴ O termo “cidadã de segunda classe” indica a colocação social da mulher, ou seja relegada a segundo plano, com pouco ou quase nenhum direito. Devendo ser resguardada às quatro paredes do lar.

- b) Geninha da Rosa Borges, Vicentina do Amaral e Diná de Oliveira – Teatro de Amadores de Pernambuco – revisaram os “papeis” da mulher na vida pública e para o público, quando o papel de atriz era tido como “baixo e vil”;
- c) Tereza Costa Rego – Partido Comunista Pernambucano e Artes Plásticas – quebra do imaginário dos valores sociais e da estética conservadora;
- d) Bernadette Pedrosa e Maud Perruci – Faculdade de Direito do Recife – pioneirismos dentro da docência da FDR e o papel da intelectual feminina.

Dessa maneira, as mulheres, que representavam indivíduos eminentemente privados, partem para marcar presença na esfera pública da cidade, contribuindo e promovendo uma releitura de seu papel na sociedade e das próprias relações de poder, que passaram a ser repensadas e até mesmo criticadas, particularmente as relações de gênero. Uma vez que era inegável a chegada da modernidade, o convívio entre os sexos tornou-se ainda mais complexo, visto que os espaços para esses contatos multiplicavam-se e, embora ainda existisse uma divisão social de papéis entre homens e mulheres, a linha que os separava estava cada vez mais tênue.

Tal divisão de papéis sociais que historicamente reserva à mulher o espaço do privado e ao homem o público passa a ser passível de questionamentos. Desde a Antiguidade, as relações de poder na vida em coletividade delimitavam os espaços onde homens e mulheres poderiam conviver, onde ser homem público era uma honra, enquanto ser uma mulher pública era uma vergonha. “Uma mulher em público está sempre deslocada”, diz Pitágoras. “Para as mulheres cabia o privado e seu coração, a casa. Para os homens, o público e a política, seu santuário”.⁵

Mas, para melhor compreender essas relações de poder na vida em sociedade, faz-se necessário entender um pouco sobre a construção de conceitos como o de público e privado e o conceito de cidadania tão em alta no período. Já que essa nova conjuntura representava especificidades nas adequações das ideologias de Cidadania, República e Democracia.

Portanto, diante do recorte temporal escolhido para essa pesquisa onde a cidade do Recife passa por significativas mudanças estruturais e ideológicas, faz-se necessárias discussões acerca dos principais conceitos que permeavam o cenário urbano e intelectual

⁵ PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

da cidade (República, Democracia e Cidadania) e que embasam as análises as quais me propuz a realizar com esse projeto.

Para abordar a constante (re)construção dos conceitos de República e Democracia, tão caros ao discurso político das décadas de 50 e 60, utilizarei os textos de Renato Janine Ribeiro, que analisa a construção de tais definições ao longo da história, como também aprofundarei essas discussões com as idéias oriundas de Platão passando por Andrew Arato que em seu “*Civil Society and Political Theory*” afirma que:

[...] Da Constituição de 1793, da era de Jackson e da declaração de direitos da Reforma Inglesa ao sufrágio das mulheres e dos jovens e ao estabelecimento de direitos de voto para grupos étnicos excluídos e para residentes que moram há muito tempo no país, a história da democracia representativa tem sido a história da inclusão política.⁶

Completando esse “tripé político”, partirei para as definições de Cidadania abrangendo o de sociedade civil, onde a construção desse conceito acompanhou as muitas transformações pelas quais passou a sociedade ocidental moderna desde a Revolução Francesa até os dias de hoje e, para Thomas H. Marshall, que propôs a primeira teoria sociológica de cidadania, existe uma tipologia dos direitos de cidadania. Primeiramente teríamos os direitos civis, conquistados no século XVIII, em seguida, os direitos políticos, alcançados no século XIX – ambos chamados direitos de primeira geração – e os direitos sociais, conquistados no século XX, chamados direitos de Segunda geração (Marshall 1967, apud Vieira, 1997).

Posteriormente, outros autores analisaram suas realidades nacionais, o que demonstrava a necessidade das especificidades de cada Estado na interpretação das relações sociais e para a própria construção do conceito de cidadania. Já Janoski, ao buscar os atributos do termo, agrupa as perspectivas encontradas em diversos dicionários, em especial nos das ciências sociais, e diz o seguinte: Cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos em um Estado-nação com certos direitos e obrigações universais em específico nível de igualdade (Janoski, 1998).

Contudo, é sabido que historicamente a cidadania foi concedida a restritos grupos de elite, desde aqueles mais abastados e de “melhores” classes sociais, até aqueles de raças

⁶ COHEN, Jean e ARATO Andrew. **Civil Society and Political Theory**, Cambridge, Mass., The MIT Press, 1992.

“superiores”. Mas, de maneira geral, a cidadania concerne à relação entre Estado e cidadão, especificamente no tocante a direitos e obrigações. Mas foram principalmente as construções de Habermas (espaço público) e de Cohen e Arato (reconstrução da sociedade civil) que apontaram para o fato de que a cidadania depende da interação de quatro esferas da sociedade: a esfera privada, a do mercado, a pública e a estatal.

A partir dessa percepção, faz-se indispensável à análise conceitual dos espaços Públicos e Privados, e dentro dessa, a localização social e cultural dos indivíduos que compõem as cidades ocidentais modernas, no nosso caso, o Recife das décadas de 50 e 60, pois os espaços de convívio social refletem o seu momento histórico. E com o conhecimento dessas definições, possa-se fazer possível os questionamentos quanto a inserção social de camadas e classes que, historicamente, sempre estiveram marginalizadas da vida política e que foram o alvo de muitos dos projetos políticos e culturais aqui citados. E que no caso dessa pesquisa, tratará das mulheres e sua delicada relação com o poder e o lar, transitando entre o público e o privado.

À definição de “Público” cabe dois sentidos que parcialmente se recobrem: 1) o da “esfera pública” por oposição à esfera privada, designa o conjunto, jurídico ou consuetudinário, dos direitos e dos deveres que delineiam uma cidadania; 2) mas também os laços que tecem e que fazem a opinião pública. Perrot nos mostra um “espaço público” que se equivale amplamente à cidade, como um espaço sexuado em que homens e mulheres se encontram, se evitam ou se procuram. Sendo assim, é fácil perceber que o lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático.

Em praticamente todas as sociedades coletivas desde a antiguidade clássica as mulheres estiveram às margens da vida pública de sua comunidade, privadas de quaisquer direitos políticos e muitas vezes malogradas e destinadas à vida reclusa do lar, reafirmando a sua condição de cidadãs de segunda classe.

A partir da (re)construção desses conceitos, parto para a análise das definições de gênero em si e sua complexidade enquanto campo da História e fruto de uma nova episteme das ciências sociais, como afirma Rachel Sohiet:

As contribuições recíprocas decorrentes da explosão do feminismo e das transformações na historiografia, a partir da década de 1960, foram fundamentais na emergência da História das Mulheres. Nesse sentido, ressaltam-se as contribuições da História Social e da História das

Mentalidades, articuladas ao crescimento da antropologia, decisivas nesse processo, em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História.⁷

Observo também que a História das Mulheres dentro da análise da categoria de gênero é um estudo intrinsecamente político e que, sendo assim “não há jeito de se evitar a política – as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que o produzem; por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político.”⁸

Dessa maneira, em um cenário extremamente efervescente e singular da política da cidade do Recife e do país, em que tantos conceitos são construídos e vários papéis e costumes são repensados nos levando a utilização de Michel de Certeau⁹ e sua manipulação e fabricação do cotidiano e de Roger Chartier¹⁰ na sua definição de História Cultural aliada a Lynn Hunt¹¹ que mostra a possibilidade, em meio à interdisciplinaridade, dos diálogos extremamente positivos entre as ciências sociais.

Em um âmbito mais local e específico do tema, tem-se Dulce Pandolf, que através de uma análise sobre os anos 1930 em Pernambuco abordou a consolidação e crise de uma elite política, o que permite uma observação das estruturas políticas que se desmantelaram nas administrações populares; Paulo Rosas, que aborda as questões da cultura e da educação – conceitos pilares do Movimento de Cultura Popular; Joel Pontes que trata do moderno teatro pernambucano destacando a trajetória dos principais movimentos teatrais em meio ao cenário cultural das primeiras décadas do século XX.

Quanto à atmosfera política local, utilizarei Roberto Oliveira de Aguiar¹² e Luciana de Barros Jacoud¹³ que analisam os movimentos sociais, a crise política e o “clima” entusiasta do Recife Pré-Golpe militar de 1964.

⁷ SOIHET, Rachel. **Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas**. IN: MATOS, Maria Izilda. *Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas da historiografia contemporânea*. São Paulo, PUC, 1997

⁸ SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. IN Peter Burke (org.), **A Escrita da História: novas perspectivas**, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pág. 95.

⁹ DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

¹⁰ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre as Práticas e as Representações**. Rio de Janeiro, 1985.

¹¹ HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

¹² AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Da Frente ao Golpe: Ideologias políticas em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária, 1993.

¹³ JACOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco**. FUNDAJ Ed. Massangana, Recife, 1990.

As décadas de 1950 e 1960 no Recife têm sido constantemente revisitadas e permeiam as páginas da historiografia pernambucana nos mais variados vieses e a partir de múltiplos objetos e abordagens que destacam a forte efervescência cultural diante de um período ímpar da política da cidade, buscando algumas vezes a “problematização de um momento histórico em que movimentos culturais e/ou políticos tentam resolver a equação incerta da república moderna: defender o bem comum numa sociedade cuja prioridade é a realização de interesses privados.”¹⁴

Diante dessa equação aparentemente insolúvel é que procuro analisar a construção conceitual de República, Democracia e Cidadania a fim de perceber do que é composto o discurso intelectual de alguns dos movimentos políticos, sociais e culturais que, cada um ao seu modo, apresentaram modelos alternativos de cidadania e inserção sócio-cultural imbuídos de uma “aura” de solidariedade alimentada pela atmosfera de possibilidades e esperança que pairava nos ares do Recife.¹⁵

Contudo, é notória a carência de estudos acerca da História das Mulheres enquanto agentes desse processo remodelador do Recife, a exemplo da historiografia ocidental moderna que é repleta de grandes – e pequenos – homens, célebres – e quase anônimos – intelectuais, pensadores, artistas da elite e do povo que têm suas histórias contadas e suas contribuições “guardadas” na memória de sua sociedade, enquanto as mulheres permanecem marginalizadas ao seu local de segunda classe, histórica e socialmente tidas como as “mantenedoras do lar”, a quem restavam os espaços do privado, do lar e que pouco “deveriam” transitar pelos espaços públicos e muito menos ter a acesso ao poder público.

A partir dessa delicada situação social das mulheres - que só tiveram a possibilidade de serem vistas, ouvidas e lembradas a partir da ascensão da Nova História Cultural – que faz-se necessária uma análise das relações de poder travadas nas lutas do cotidiano entre homens e mulheres no Recife das décadas de 50 e 60, partindo de individuais que ousaram transitar nos espaços públicos, ainda em meio a uma mentalidade

¹⁴ FALCÃO, Lúcia Barbosa. **O Castelo de Alecrim: Intelectuais do Recife em 21 de abril de 1960**. Tese (Doutorado em História) UFPE/CFCH, Recife, 2005.

¹⁵ Segundo Weinstein, o cenário do Recife da década de 50 era extremamente propício ao surgimento de movimentos que tinham como projeto repensar e refazer a cultura, levando-a até os que pouco ou nenhum contato tinham com ela, em meio a uma atmosfera de esperança. Cf. TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O Movimento e a Linha: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946 – 1964)*. Recife, 2007.

(embora já em ares de mudança), onde no espaço público, o da Cidade, homens e mulheres situam-se nas duas extremidades da escala de valores. Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre. Participando ativamente do poder, elegendo e sendo eleito. Enquanto a mulher depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher pública (também dita “rapariga”) é uma mulher comum, que a todos pertence.

Existem muitos meios, diretos ou não, de ser uma mulher pública, contudo, ser reconhecida como tal revela-se mais difícil e sempre suspeito. Certos limites se deslocam mais do que outros. Certas zonas resistem mais do que outras. Ao longo dessas fronteiras moveis, as relações entre os homens e as mulheres modificam-se, adaptam-se dentro de uma pluralidade de masculinos e femininos, onde faz-se perceptível a impossibilidade de se estudar a História das Mulheres sem se estudar a História dos Homens dentro de um contexto sócio-cultural específico.

E com essa abordagem pretendo analisar e historicizar as novas relações de poder entre homens e mulheres no Recife pré-golpe militar, geradas a partir de um cenário de pura efervescência cultural e política, onde novos projetos de cidadania estavam sendo pensados e discutidos a fim de introduzirem classes sociais que estavam marginalizadas da vida pública da cidade e em especial as mulheres e a complexidade de sua relação com os espaços públicos e privados. E me ater na percepção de como a (re)construção dos conceitos de república, democracia e cidadania, tão em alta nas décadas de 1950 e 1960, possibilita a inserção cidadã de classes sociais a margem de seus direitos; de compreender os limites e as várias possibilidades de se ser uma “mulher pública” no Recife do período estudado; analisar uma possível mudança nas relações de poder através do movimento das protagonistas escolhidas para essa pesquisa e indagar uma possível consciência das mudanças nos papéis sociais de homens e mulheres em meio a conceitos e costumes modernos e modernizantes.

Entendo que o fazer historiográfico está em constante evolução e mediante as novas possibilidades oriundas da ascensão da Nova História Cultural é que me proponho a trabalhar com uma pluralidade de fontes oficiais; memórias e biografias de intelectuais que viveram e fizeram a cena pernambucana no período estudado; acervos públicos e privados dos movimentos aqui abordados e fontes orais que fizeram parte desse movimentos ou que tiveram contato com as personagens aqui estudadas.

Entre as fontes a serem trabalhadas destacam-se as que compõem o acervo da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS), preservadas pela Fundação Joaquim Nabuco e no Arquivo Público Jordão Emereciano (APEJE/PE). Visto que esses espaços contêm uma gama de registros das décadas de 50 e 60 que contribuirão com desenvolvimento da pesquisa e a elaboração do texto.

Contudo, existirão fontes, que considero gerais, como as já citadas, mas como a minha pesquisa se debruça por vários movimentos e algumas de suas integrantes, que possuem suas especificidades, partirei para trabalhar acervos privados, dos quais tenho amplo acesso para desenvolver a pesquisa de acordo com as específicas de cada movimento.

No caso do Movimento de Cultura Popular (MCP) tem-se as fontes do DOPS, através dos prontuários funcionais do MPC que trazem documentos de 1960 a 1984 distribuídos em 2 (dois) envelopes de registros: nº 1501/ fundo nº 29 841 e nº 1501/Ofícios fundo 29 841. E de produções do próprio movimento que podem ajudar a entender a sua proposta e metodologia de trabalho, assim como as produções de intelectuais integrantes do MCP como Germano Coelho e Aberlardo da Hora e do Memorial do MCP, que fora produzido pela Fundação de Cultura da cidade do Recife.

Em relação aos movimentos teatrais, tem-se os acervos contidos do Serviço Social do Comércio de Pernambuco (SESC), mais especificamente nas unidades de Piedade e Santo Amaro, onde constam cópias das peças, entrevistas, pôsteres e imagens da história do teatro pernambucano. Utilizarei também textos já produzidos sobre os movimentos teatrais e a história do teatro em Pernambuco e no Brasil.

Para abordar a situação do Partido Comunista em Pernambuco utilizarei os textos de Flávio Brayner¹⁶ e de Luciana Jacoud¹⁷, que abordam a situação política pernambucana nas décadas de 50 e 60 do século passado.

Quanto a Faculdade de Direito do Recife, me utilizarei do acervo da parte antiga da biblioteca da instituição onde constam históricos dos professores e suas produções acadêmicas.

¹⁶ BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956 – 1964**. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.

¹⁷ JACOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco**. FUNDAJ Ed. Massangana, Recife, 1990.

Paralelamente a pesquisa nas fontes já aqui citadas, pesquisarei nos periódicos disponíveis no APEJE e na FUNDAJ: Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio e A Hora em edições referentes ao período abordado, a fim de analisar a repercussão das produções e eventos realizados pelos movimentos políticos e culturais escolhidos para essa pesquisa.

Somadas a todas essas pesquisas, me debruçarei sobre fontes orais que me ajudarão a entender e a compor a história de tais movimentos e de seus integrantes, principalmente com as personagens femininas selecionadas para esse projeto. Diante das possibilidades de acesso aos acervos, a princípio destacaria as seguintes entrevistas:

- a) Com alguns dos membros do MCP: Germano Coelho e Silke Weber, que contribuirão tanto para a minha discussão de projetos alternativos de cidadania quanto o papel e a participação femininas no movimento.
- b) Com a atriz Geninha da Rosa Borges e com os filhos de Diná de Oliveira e Valdemar de Oliveira, que serão de fundamental importância para compreender a delicada relação do público com o privado, uma vez que Diná partiu para o público mas cercada de seus filhos e ao lado do marido, ou seja, de seus laços com o privado;
- c) Com a artística plástica Tereza Costa Rego que, acredito, contribuirá extremamente com a elucidação dos papéis sócias da mulher no período abordado;
- d) Com as Profas. Maud Perruci e Bernardette Pedrosa que atuaram num espaço que por muito tempo foi quase que exclusivamente masculino, a Faculdade de Direito do Recife.

Portanto, a partir das pesquisas das fontes textuais e orais, procurarei tecer a minha narrativa histórica a fim de tentar compreender as novas relações de poder que estavam se constituindo em meio a um Recife onde as “novidades” da modernidade provocaram mudanças nas relações entre os diferentes sexos e as diferentes classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Da Frente ao Golpe: Ideologias políticas em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária, 1993.

BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos Anos Dourados**. IN **História das Mulheres no Brasil**, (org) Mary Del Priore. São Paulo: Contexto, 2004.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956 – 1964**. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre as Práticas e as Representações**. Rio de Janeiro, 1985.

_____. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”IN: **Cadernos Pagu - fazendo história das mulheres.(4)**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, p. 40-42.

CIRANO, Marcos. **Hermilo Vivo – Vida e obra de Hermilo Borba Filho**. Recife: Ed. Comunicarte, 1981.

COHEN, J. e ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**, Cambridge, MIT Press, 1992.

DE CERTEAU, Michel . **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo Sociedade e Cultura no início da França Moderna**. Tradução de Mariza Corrêa. São Paulo: Paz e Terra 1990.

FALCÃO, Lúcia Barbosa. **O Castelo de Alecrim: Intelectuais do Recife em 21 de abril de 1960**. Recife. Tese (Doutorado em História) UFPE/CFCH, 2005.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

JACOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ Ed. Massangana, 1990.

MEMORIAL DO MCP. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife. Coleção Recife, vol. XLIX, 1982.

REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife. Histórias de uma cidade**. Recife: FCCR, 2002.

_____. **(Dês)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história - operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PONTES, Joel. **O Teatro Moderno em Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 1990.

PONTUAL, Virgínia. **Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas**. IN **Espaços da Política. Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 21, nº 42, 2001.

RIBEIRO, Renato Janine. **A República**. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. **A Democracia**. São Paulo: Publifolha, 2001.

RODRIGUES, Marly. **A década de 50. Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. IN Peter Burke (org.), **A Escrita da História: novas perspectivas**, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pág. 95.

_____ **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: **Revista Educação e Realidade.** Porto Alegre: v.20, nº2, jul-dez 1995.

SCOTT, Joan, TILLY, Louise e VARIKAS, Eleni. **“Debate” IN: Cadernos Pagu-desacordos, desamores e diferenças (3).** Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1994, 11-84.

SOIHET, Rachel. **Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas.** IN: **MATOS, Maria Izilda. Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas da historiografia contemporânea.** São Paulo, PUC, 1997.

_____. **"História, Mulheres, Gênero: Contribuições para um Debate".** IN: **Neuma Aguiar (org) Gênero e Ciências Humanas - desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres.** Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, 1997.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha. Presença do teatro de estudante e do Gráfico Amador em Recife (1946 a 1964).** Rio de Janeiro: Editora Universitária da UFPE, 2007.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil na globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2001.